

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Dívida e inflação

Embora o País caminhe sobre o fio da navalha, conforme reconheceu recentemente o presidente Sarney, os indicadores colhidos pelos órgãos oficiais de avaliação indicam que o incremento de preços em agosto ficará abaixo dos 30 por cento. É a repetição, talvez com alguns décimos a mais, do percentual inflacionário registrado no mês de julho, quando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) atingiu a casa dos 28,76 por cento. Trata-se de uma evolução absolutamente insatisfatória, mas, nas circunstâncias, deve ser saudada como a hipótese menos trágica para o Brasil, por afastar de cena, pelo menos a curto prazo, o espectro da hiperinflação e o seu cortejo de desgraças.

Quando um país chega a rejubilar-se com estatísticas desse porte teme-se estar submetido a graves turbulências no funcionamento da economia. Expansão de preços em torno de 30 por cento significa toldar de incertezas o horizonte e acender perplexidades no processo geral de organização do sistema, principalmente no que diz respeito aos investimentos. Parece incrível, assim, que a economia dê sinais, como agora, de que haverá crescimento no segundo semestre em curso, pelo menos no segmento industrial, como assegura o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Também é surpreendente o fato de que as taxas de emprego continuem não só elevadas como adequadas às exigências econômicas em estágio de normalidade, malgrado o crescimento do mercado informal de trabalho. Não há registro, em

consequência, de agitações sociais de vulto, até mesmo porque o empresariado parece haver encontrado denominador próprio, quer dizer, à distância da lei salarial em vigor, para harmonizar seus interesses com as crescentes reivindicações dos trabalhadores.

São confortadoras, por igual, as informações sobre os níveis de capitalização das empresas, assim também em torno do desenvolvimento das atividades mercantis, mantidas em condições razoáveis quanto ao faturamento, não obstante um certo desaquecimento provocado pela política monetária praticada pelo Governo.

Está-se diante de um quadro em que a deterioração da moeda resume a grande disfunção estrutural da economia e, assim, responde por quase todos os fatores inflacionários em atuação no sistema econômico. É bastante conhecida a razão que fomenta historicamente o declínio sistemático do valor monetário: a expansão dos meios de pagamento para o financiamento do déficit público, seja através da emissão de papel-moeda, seja mediante saques sobre as poupanças privadas a juros cada vez mais altos.

Mas é preciso reconhecer que o déficit público resulta não somente dos gastos perdulários da administração como, principalmente, da dívida externa, cujo serviço de juros e parcelas de resgate compelem o Governo a converter em cruzados novos os dólares gerados pelas exportações, a fim de ressarcir os exportadores. Portanto, enquanto esta vertente econômica não for objeto de enquadramento racional, o déficit público será cada vez maior e a inflação incontável.